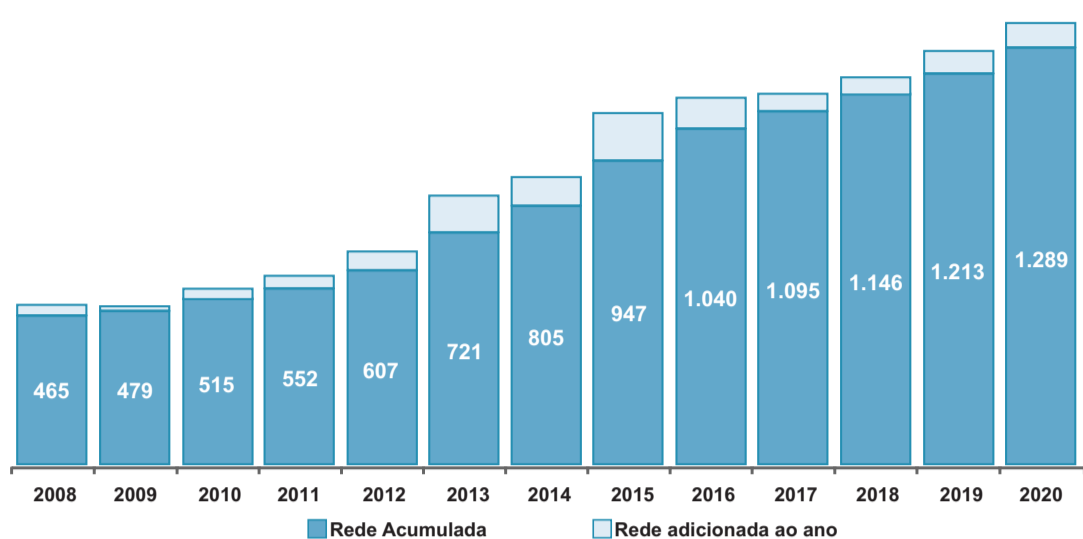


RELATÓRIO DE GESTÃO 2020 – DIRETORIA EXECUTIVA

A Diretoria Executiva da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS, no cumprimento de disposições legais e estatutárias, apresenta à Assembleia Geral Ordinária, após parecer do Conselho Fiscal e ouvido o Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras previstas em Lei relativas ao exercício findo em 31/12/2020, destacando também os eventos operacionais, financeiros e administrativos mais significativos do ano. As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei 6.404/76 das Sociedades por Ações. A Sulgás é uma sociedade de economia mista, criada em 1993, autorizada pela Lei Estadual n.º 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei n.º 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração dos serviços locais de gás canalizado no Estado pelo prazo de 50 (cinquenta) anos, conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem como acionistas o Estado do Rio Grande do Sul e a Petrobras Gás S/A - Gaspetro, sendo a composição acionária de 51% Estado e 49% Gaspetro. Sua carteira de clientes é formada pelos segmentos industrial, cogeração, veicular, comercial, geração de ponta / cogeração / climatização, residencial e termoeletrico.

A Sulgás, reforçando seu papel como provedora de infraestrutura de distribuição de gás, implantou **76,7 km de rede** de distribuição, totalizando 1.289 km no Estado, e investiu **R\$ 41,5 milhões**, incremento de 20% em relação a 2019 (R\$ 34,7 milhões).

Rede de Distribuição (km)

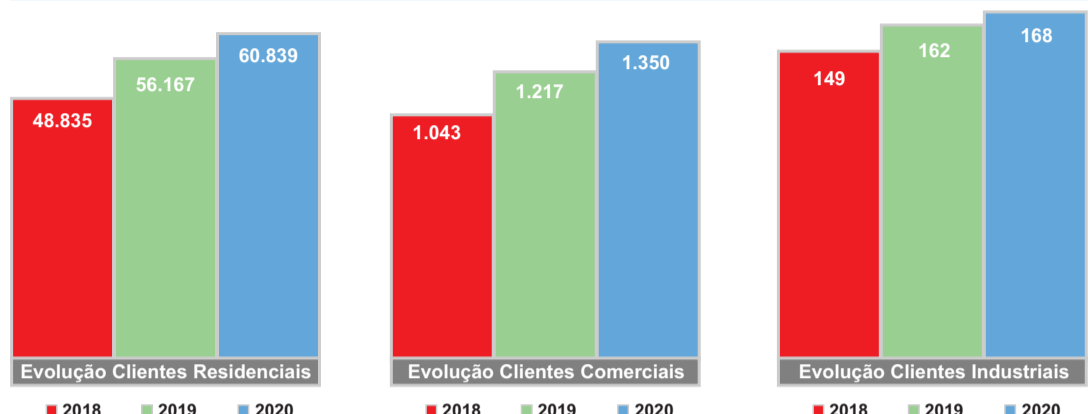


A carteira de clientes da Companhia continuou crescendo com a entrada em operação de **4.823** novos clientes, finalizando o ano em 62.488 clientes ligados à rede de distribuição de gás, que representa crescimento de **8,4%** no ano. Destaque para os segmentos residencial e comercial, os quais registraram, respectivamente, incremento de **4.672** e **133** unidades.

O volume de gás distribuído, no entanto, foi fortemente afetado pela pandemia de Covid-19. À exceção da distribuição para o segmento residencial, que apresentou crescimento de 17,8%, em média foram distribuídos 1,98 milhões de m³ por dia de gás natural no Estado, queda de 10,3% se comparado com o ano de 2019.

A conjugação dos esforços permitiu que a Companhia atingisse bons resultados, que culminaram no Lucro Líquido de **R\$ 79,4 milhões** e EBITDA de **R\$ 137 milhões** no ano.

CARTEIRA DE CLIENTES	2018	2019	2020
Industrial	149	162	168
Comercial	1.043	1.217	1.350
Veicular	85	89	94
Residencial	48.835	56.167	60.839
Cogeração PPT	2	2	2
Geração Ponta / Cogeração	23	27	34
Geração Elétrica	1	1	1
TOTAL	50.138	57.665	62.488



BALANÇO PATRIMONIAL 2020 - Em Milhares de Reais

ATIVO				PASSIVO			
	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019		NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		173.392	150.417	Passivo Circulante		177.908	175.971
Caixa e equivalentes de caixa	NOTA 04	73.717	74.575	Fornecedores	NOTA 10	69.885	108.832
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	64.027	65.325	Empréstimos e Financiamentos	NOTA 12	22.958	22.970
Estoques	NOTA 06	6.641	6.319	Provisão trabalhista e encargos sociais a pagar		3.889	3.839
Impostos a Recuperar	NOTA 18	5.682	2.752	Impostos a pagar	NOTA 18	3.980	4.307
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	21.566	-	Imposto de renda e contribuição social a pagar	NOTA 18	12.332	-
Despesas Antecipadas	NOTA 07	467	435	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	NOTA 16	57.657	19.170
Outros Ativos	NOTA 08	992	1.011	Débitos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	1.612	10.706
				Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	NOTA 27	2.281	2.226
				Outros passivos	NOTA 11	3.313	3.921
Ativo Não Circulante		204.066	253.553	Passivo Não Circulante		9.408	36.269
Realizável a longo prazo		21.059	82.333	Empréstimos e Financiamentos	NOTA 12	-	22.970
Contas a receber de clientes e outras	NOTA 05	803	728	Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	NOTA 19	4.370	778
Impostos a Recuperar	NOTA 18	12.434	9.988	Direito de Uso de Arrendamentos - CPC 06	NOTA 27	3.785	6.065
Dépósitos Judiciais	NOTA 24	1.397	1.092	Tributos e contribuições diferidos	NOTA 18	1.253	6.457
Créditos nas operações de venda e aquisição de gás	NOTA 24	-	42.627				
Garantia BNDES	NOTA 13	6.371	27.844	Patrimônio Líquido		190.142	191.730
Outros Ativos		54		Capital Social		81.187	81.187
Investimentos		2	14	Capital Subscrito e Integralizado	NOTA 17	81.187	81.187
Investimentos		2	14				
Intangível		183.005	171.207	Reserva de Lucros		53.032	53.032
Imobilizado da Concessão - Direito de Uso - CPC 06	NOTA 27	9.820	9.820	Reserva Legal	NOTA 15	16.237	16.237
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações Operacionais		426.813	397.955	Reserva Estatutária	NOTA 15	29.862	29.862
Imobilizado da Concessão - Equipamentos e Instalações de Escritório		4.359	4.396	Reserva de Lucros a Realizar	NOTA 15	6.933	6.933
Imobilizado da Concessão - Equipamentos para Processamento de Dados		16.932	13.142				
Imobilizado da Concessão - Pesquisas e Desenvolvimento		222	222	Dividendos à disposição da assembleia		55.923	57.511
Imobilizado da Concessão em Andamento		20.280	11.954	Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2019)	NOTA 16	1.088	57.511
(-) Amortização Acumulada		(295.421)	(266.282)	Dividendos Adicionais Propostos (exercício 2020)	NOTA 16	54.836	-
TOTAL DO ATIVO		377.458	403.970	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		377.458	403.970

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 2020 - Em Milhares de Reais

	NOTA EXPLICATIVA	31/12/2020	31/12/2019
Receita Líquida - Venda de Gás e Serviços	NOTA 17	827.411	898.710
Receita de Construção - CPC 47	NOTA 26	41.535	34.852
Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados	NOTA 21	(652.595)	(714.456)
Custos de Construção - CPC 47	NOTA 26	(41.535)	(34.852)
Lucro Bruto		174.815	184.254
Despesas e Receitas Operacionais		(67.892)	(65.238)
Despesas Comerciais	NOTA 21	(24.258)	(19.685)
Despesas Gerais Administrativas	NOTA 21	(54.161)	(55.003)
Outras Despesas e Receitas Operacionais		10.527	9.451
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		106.923	119.017
Receitas Financeiras	NOTA 22	12.429	7.250
Despesas Financeiras	NOTA 22	(2.471)	(4.300)
Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		116.881	121.967
IRPJ/CSLL	NOTA 18	(42.642)	(38.581)
IRPJ/CSLL Diferidos	NOTA 18	5.204	(668)
Lucro Líquido do Exercício		79.442	82.718
Lucro por ação de Capital Social (em reais)		3,68	3,84

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2020 e 31/12/2019 - Em Milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	79.442	82.718
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total	79.442	82.718
Atribuível ao sócio Estado do Rio Grande do Sul - 51%	40.515	42.186
Atribuível ao sócio Petrobras Gás S.A. - GASPETRO - 49%	38.927	40.532

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 2020 - Em Milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
1 - Receitas		
1.1. Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.102.618	1.190.086
1.2. Devoluções e descontos de venda	(9.443)	(12.478)
1.3. Outras receitas operacionais	10.742	4.718
1.4. Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.510)	3.343
2 - Insumos adquiridos de terceiros		
2.1. Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	825.281	898.521
2.2. Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	29.180	37.850
3 - Retenções		
3.1. Amortizações	30.081	28.373
4 - Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	203.867	220.924
5 - Valor adicionado recebido em transferência		
5.1. Receitas financeiras	12.429	7.250
6 - Valor adicionado total a distribuir	216.296	228.174
7 - Distribuição do valor adicionado		
7.1. Pessoal		
Remuneração direta	21.567	24.371
Benefícios	7.717	8.168
FGTS	1.346	1.530
7.2. Impostos, taxas e contribuições		
Federais	64.411	69.013
Estaduais	36.673	36.097
Municipais	106	65
7.3. Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	2.149	3.969
Aluguéis	2.885	2.244
7.4. Remuneração de capitais próprios		
Lucros retidos/prejuízos do exercício	79.442	82.718

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 2020 - Em Milhares de Reais

EVENTOS	NOTA EXPLICATIVA	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE LUCROS				LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	TOTAL
			RESERVA LEGAL	RESERVA ESTUTÁRIA	RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	DIVIDENDO ADICIONAL PROPOSTO		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		81.187	16.237	29.862	-	50.180	177.465	
Dividendos adicionais aprovados						(43.247)	(43.247)	
Lucro Líquido do exercício						82.718	82.718	
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Reserva de lucros a realizar					6.933	(6.933)	-	
Dividendos Obrigatórios						(19.170)	(19.170)	
Dividendo Adicional sujeito a aprovação						57.511	(57.511)	
Juros sobre o Capital Próprio						(6.037)	(6.037)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		81.187	16.237	29.862	6.933	57.511	191.730	
Dividendos adicionais aprovados						(56.423)	(56.423)	
Lucro líquido do exercício						79.442	79.442	
Destinações do lucro líquido do exercício:								
Dividendos Obrigatórios	Nota 16					(19.861)	(19.861)	
Dividendo Adicional sujeito a aprovação	Nota 16					54.836	-	
Juros sobre o Capital Próprio	Nota 16					(4.746)	(4.746)	
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		81.187	16.237	29.862	6.933	55.923	190.142	

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1) Contexto Operacional

A Companhia é uma sociedade de economia mista (sociedade anônima de capital fechado), autorizada pela Lei Estadual nº 9.128 de 07/08/1990, alterada pela Lei nº 9.705 de 24/07/1992, tendo concessão para exploração do gás natural no Estado do Rio Grande do Sul por prazo de 50 (cinquenta) anos conforme Contrato de Concessão firmado em 19/04/1994. A Companhia tem por objetivo executar serviços relativos à pesquisa tecnológica, produção, aquisição, armazenamento, distribuição e comercialização de gás natural e seus subprodutos e derivados, de acordo com a evolução tecnológica, o desenvolvimento econômico e as necessidades sociais. Poderá, subsidiariamente, efetuar a aquisição, montagem e eventual fabricação de equipamentos e componentes, otimizando o uso do gás natural e seus subprodutos e derivados, bem como executar os serviços. Atende consumidores dos setores industrial, cogeração, veicular, comercial, residencial e termoeletrico.

1.1) A Continuidade Operacional da Companhia

A Companhia apresentou em 2020 o capital circulante líquido negativo de R\$ 3,8 milhões (R\$ 25,55 milhões negativos em 2019). Durante o exercício de 2020 a Companhia pagou em dia as parcelas do empréstimo junto ao BNDES o qual quitará a totalidade em 2021, conforme é possível verificar na nota explicativa 13, a qual também demonstra que o total obtido de financiamento em anos anteriores foi de R\$ 138,2 milhões. O pagamento de dividendos em 2020 foi no montante de R\$ 37,8 milhões.

Com base nas informações citadas acima, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, e entende que não há risco de liquidez, tendo em vista que parte substancial dos passivos circulantes refere-se, precipuamente, de fornecedores, empréstimos, folha de pagamento e dividendos aos acionistas (ver notas explicativas 10, 11, 12 e 16). A geração de fluxo de caixa futuro decorrente das receitas será suficiente para quitar as tais obrigações, bem como a manutenção atual da gestão dos ativos seja suficiente para dar continuidade a suas operações no futuro. A administração não possui conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, esta demonstração contábil foi preparada com base no pressuposto da continuidade.

1.2) Os impactos da COVID-19 nas atividades da Companhia

A Companhia foi levemente impactada pela pandemia decorrente da COVID-19, uma vez que a distribuição de gás natural não sofreu interrupções. Os segmentos comercial e veicular tiveram o consumo reduzido, ao passo que os demais segmentos mantiveram o padrão de consumo, sobretudo o segmento industrial que representa 64% dos volumes de venda. A margem líquida do exercício fechou 14% abaixo do orçado, principalmente em decorrência da alta do dólar que impacta diretamente o custo de compra do gás natural.

2) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), além das normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - Em Milhares de Reais

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do período	79.442	82.718
Ajustes para reconciliar o lucro líquido:		
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	15.510	(3.343)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	3.592	400
Provisões de juros sobre arrendamentos	729	744
Imposto de renda e contribuição social	12.332	-
Amortização	30.081	28.373
Amortização do principal	204	1
Baixa de intangível	141.889	108.893
Ativos operacionais - (aumento) redução e passivos operacionais - (redução) aumento		
(Aumento) redução de contas a receber de clientes e outras	(17.879)	8.615
(Aumento) de estoques	(323)	(1.128)
Redução (Aumento) de outros ativos	12.700	(20.534)
(Redução) Aumento de fornecedores	(38.947)	5.290
Aumento de outros passivos	(2.012)	7.961
Impostos diferidos	(5.204)	(1.600)
Débitos e créditos nas operações de venda de Gás	21.061	1.902
Juros pagos	(2.149)	(3.969)
Juros recebidos	564	599
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	109.702	106.129
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de intangível	(42.082)	(34.693)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	(42.082)	(34.693)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(37.797)	(59.973)
Juros sobre o Capital Próprio	(4.746)	(6.037)
Pagamento de arrendamento financeiro	(2.954)	(2.273)
Captações de empréstimos	(22.981)	15.919
Amortizações do principal	(22.981)	(19.659)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	(68.478)	(72.023)
(Redução) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	74.575	75.162
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	73.717	74.575

consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de abril de 2021.

a. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

b. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com os CPC's exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos, referentes às políticas contábeis adotadas, apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa
- Nota 09 – Intangíveis
- Nota 19 - Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

3) Resumo das principais políticas contábeis

a. Resultado das operações

O resultado é apurado pelo regime de competência, sendo observado o princípio da realização da receita e de confrontação das despesas.

• Venda de gás

A receita de venda de gás é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita de venda de gás é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fruirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

• Receitas e custos de construção

A orientação OCP 05 - Contratos de Concessão - determina que as empresas concessionárias de serviços de distribuição são, mesmo que indiretamente, responsáveis pela construção das redes. Por isso é obrigatório o registro das receitas e custos de construção. A Sulgás não tem a construção de gasodutos como atividade fim nem auferir receitas com essa operação. Para viabilizar a distribuição de gás natural, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem a melhor proposta para a realização das obras. Desse modo, a construção da Rede de Distribuição de Gás Natural apresenta-se integralmente como um custo de alocação de ativos para o cumprimento do contrato de concessão para a Sulgás.

Assim, em virtude do descrito acima, a Companhia registrou receita de construção, tendo como contrapartida custos de construção no mesmo valor.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendimentos sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

c. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizada pela Companhia, pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio vigente naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o valor da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o valor em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na conversão são reconhecidas no resultado.

d. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representadas por depósitos em conta corrente e as aplicações financeiras estão registradas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado.

e. Redução ao valor recuperável (impairment)

A administração da Companhia monitora e avalia eventos e/ou indicativos que possam levar à não recuperação do valor contábil dos ativos imobilizados. Caso seja identificado algum indicativo de perda do valor, um teste de redução ao valor recuperável será aplicado.

f. Instrumentos Financeiros

Ativos Financeiros

Classificação e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. A classificação depende do modelo de negócio da Empresa para a gestão dos ativos e passivos financeiros. Os ativos e passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes

Categorias: (1) ativos e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

A Administração da Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros no momento inicial da contratação conforme abaixo:

• Ativos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo no final de cada período de relatório, sendo que quaisquer ganhos ou perdas de valor justo são reconhecidos no resultado na medida em que não façam parte de uma relação de "hedge" designada. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

• Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Estes ativos financeiros são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e "impairment" são reconhecidos diretamente no resultado.

Caixa e equivalentes de caixa

Abrangem os saldos de caixa e investimentos financeiros com liquidez imediata junto à instituição emite, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Custos de Empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos elegíveis para capitalização.

Todos os demais custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes estão registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são constituídas quando identificados consumidores inadimplentes ou com pedido de recuperação judicial ou falência, ou ainda, nos termos do CPC 40, caso sejam perdas esperadas. A Companhia impetra ações administrativas e judiciais contra os consumidores nessa situação, sendo o fornecimento de gás interrompido se necessário.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

Capital Social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, conforme definido em estatuto, são reconhecidos como passivo.

g. Instrumentos Financeiros Derivativos

A companhia não operou com instrumentos derivativos nos exercícios findos de 2020 e 2019.

h. Intangível

A Sulgás possui Contrato de Concessão com o Estado do Rio Grande do Sul com prazo de 50 anos a contar de 19/04/1994. O contrato prevê que todos os bens da Companhia (Concessionária) serão revertidos ao poder concedente ao término do contrato, sendo que o Concedente indenizará a Companhia sobre os investimentos realizados nos 10 anos anteriores ao término da concessão (atualizados monetariamente).

i. Estoques

Os estoques são avaliados pelo seu custo médio de aquisição, deduzido dos impostos recuperáveis e de perda estimada para ajustá-lo ao valor realizável líquido, quando este for menor que seu custo de aquisição.

Periodicamente a Companhia avalia seus itens de estoque quanto à sua obsolescência ou possível redução de valor. A quantia de qualquer redução dos estoques para o valor realizável líquido e todas as perdas de estoques, são reconhecidas como despesa do período em que a redução ou a perda ocorrerem.

A Companhia registra Estoque de Gás Natural conforme nota 6.

j. Benefícios a Empregados

A empresa apresenta uma série de benefícios aos empregados, bem como plano de contribuição definida conforme explicado na nota 14.

l. Investimentos

Os investimentos não relevantes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram provisionados com base na legislação atual, sendo o Imposto de Renda com base alíquotas de 15% mais 10% sobre adicional e a Contribuição Social com base de 9% sobre o lucro real, conforme demonstramos na nota 19.

n. Estimativas Contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores direta ou indiretamente observáveis, baseados no entendimento da administração sobre a mensuração do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos com devedores duvidosos, bem como provisões para imposto de renda/contribuição social e contingências são constituídas por valores considerados suficientes pela Administração. A liquidação/ocorrência das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas trimestralmente.

o. Demonstração do Valor Adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis, aplicável às companhias abertas. Para as companhias de capital fechado, como é o caso da Sulgás, representam informação financeira adicional.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, sendo parte suplementar as informações financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis intermediárias e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos constantes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a amortização), e o valor adicionado de receitas financeiras e outras receitas. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

p. Novas normas, alterações e interpretações das normas

A partir de 1º.01.2020 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos significativos:

- I) CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro (conceptual framework);
- II) Revisão anual do CPC n.º 14/2019; alterações nos pronunciamentos decorrentes da revisão CPC 00, alteração na definição de negócios no CPC 15 (R1) e alteração no CPC 26 e no CPC 23 (IAS 8);
- III) As emendas do CPC 26 e do CPC 23 esclarecem a definição de materialidade e alinham a definição usada na estrutura conceitual e nas demais normas contábeis. Essas emendas entraram em vigência em 1º de janeiro de 2020.

A Companhia avaliou os pronunciamentos e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

q. Novas normas que ainda não entraram em vigor

I) CPC 50 – Contratos de Seguros - Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2021 e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguros que mantém requisitos das regras locais vigentes. O CPC 50 fornecerá um modelo global e abrangente para a contabilidade dos contratos de seguros em linha com a padronização internacional das normas contábeis.

II) Alterações ao CPC 36 (R3): Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture). Em caso de venda ou contribuição de ativos entre investidor e associada ou joint venture, o efeito da transação somente seria reconhecida no resultado na medida que a transação for com um terceiro não relacionado. Essa norma não tem prazo determinado de adoção.

III) Alteração da norma CPC 28 (R1) – Classificação de passivos como circulante ou não-circulante. Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Esclarece aspectos a serem considerados para a classificação de passivos como passivo circulante ou passivo não-circulante.

IV) Melhorias Anuais ao Ciclo de CPC's 2018-2020 - Esta norma entrará em vigência a partir de 1º de janeiro de 2022. Refere-se a alterações ao CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC 06 (R2) - Arrendamentos, e CPC 29 - Agricultura.

A Administração está avaliando os impactos das normas acima nas demonstrações financeiras da Companhia, porém não espera efeitos significativos oriundos da adoção.

4) Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa	2.323	19
Banco Conta Movimento	246	1.865
Aplicações Financeiras	71.148	72.690
TOTAL	73.717	74.575

As aplicações financeiras foram realizadas no mercado de renda fixa (CDI) com taxa anual de aproximadamente 2,75%.

5) Contas a Receber de Clientes e PECLD

a) Contas e Receber de Clientes

	31/12/2020	31/12/2019
BRASKEM S.A.	13.199	13.112
PETROBRAS - Petróleo Brasileiro S.A.	12.495	7.922
GAMP - Grupo de Apoio a Medicina Preventiva e Saúde Pública	6.800	1.825
CMPC - Celulose Riograndense LTDA.	4.943	3.010
RAIZEN Combustíveis S.A.	4.321	4.487
SOLAE do Brasil Indústria e Comércio de Alimentos LTDA.	2.187	1.936
IPIRANGA Produtos de Petróleo S.A	1.854	2.541
GERDAU Aços Longos S.A.	1.705	111
GERDAU S.A.	1.569	211
ULBRA - Universidade Luterana do Brasil	1.347	1.347
Outros	33.185	32.892
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(19.578)	(4.068)
TOTAL	64.027	65.325

Confissão de Dívida

	31/12/2020	31/12/2019
Parcelamentos de Clientes	803	728
TOTAL	803	728
TOTAL do Contas a Receber	64.830	66.054

	31/12/2020	31/12/2019
Detalhe - Clientes		
Vencidas até 30 dias	1.127	1.339
De 31 a 60 dias	3.510	779
De 61 a 90 dias	3.296	612
Mais de 90 dias	21.609	10.697
Clientes Vencidos	29.542	13.427
A Vencer até 30 dias	49.419	52.268
De 31 a 60 dias	3.325	2.976
De 61 a 90 dias	68	65
Mais de 90 dias	1.496	1.385
Clientes a Vencer	54.307	56.694
Total de Clientes Vencidos e a Vencer	83.849	70.122

b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosos – PECLD

PDD em 31/12/2019	4.068
Incremento no ano	15.510
PDD em 31/12/2020	19.578

São computados na formação da PECLD títulos em atraso, sob protesto ou cobrança judicial. O montante de R\$ 19,58 milhões é considerado suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas no recebimento de créditos. Ainda, seguindo o CPC 48, não há indicativos de alterações decorrentes de futuras perdas esperadas. Do total apresentado, os clientes Petrobrás e GAMP representam 31,91% e 24,42% respectivamente.

6) Estoques

Os saldos compõem-se de:

	31/12/2020	31/12/2019
Estoque de Gás	639	551
Materiais de Manutenção	3.905	3.867
Materiais de Conversão	2.010	1.824
Outros Materiais	88	76
Total dos Estoques	6.641	6.319

7) Despesas antecipadas

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios de seguros a apropriar	265	32
Assinaturas e anuidades	74	99
IPTU a apropriar	114	66
Demais apropriações	14	239
TOTAL	467	435

8) Outros ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Adiantamento de férias	176	158
Vales refeição e transporte a apropriar	285	279
Outros adiantamentos de pessoal	5	3
Devoluções simbólicas de compra	28	476
Adiantamento a fornecedores	389	15
Demais ativos	109	79
TOTAL	992	1.011

9) Ativos intangíveis

Os valores reconhecidos no Intangível, como o direito de cobrar dos usuários pelo fornecimento de gás, são constituídos pelos custos relativos à construção de infraestrutura para a prestação de serviços de distribuição de gás.

Devido à característica das atividades operacionais, a amortização do intangível tem início quando o bem que lhe deu origem está disponível para uso. Com base no anexo I, cláusula 8.3, do contrato de concessão, a amortização é calculada de forma linear no prazo de 10 anos para a rede de distribuição e demais ativos da concessionária.

Contas	Taxa Anual de Amortização	31/12/2020	31/12/2019
Gasoduto Gás Natural - Uruguiana	10%	2.659	2.659
Gasoduto Gás Natural	10%	408.105	378.868
Máquinas e Equipamentos Técnicos	10%	2.360	2.497
Materiais e Medidores Realocados	10%	635	874
Ferramentas	10%	155	149
Equipamentos de Segurança	10%	583	581
Estoque de Cilindros GNV	10%	17	17
Cilindros GNV	10%	401	401
Sistema Supervisório - Externo	10%	11.686	11.703
Sistema Supervisório - Interno	10%	332	332
Móveis e Utensílios	10%	1.376	1.381
Instalações	10%	1.812	1.848
Equipamentos de Escritórios	10%	458	458
Equipamentos Telefônicos	10%	625	621
Equipamentos Transmissores	10%	23	23
Equip Processamento de Dados	10%	4.613	4.050
Software	10%	11.773	9.092
Pesquisa e Desenvolvimento	10%	222	222
Outros	10%	65	65
Direito de Uso - Arrendamentos	-	9.820	9.820
Licenças de Software	-	546	-
Imobilizado da Concessão em Andamento - Obras	-	14.106	7.029
Imobilizado da Concessão em Andamento - Estoques	-	6.055	4.800
(-) Amortização Acumulada		(295.421)	(266.282)
Total		183.005	171.207

Contas	31/12/2019	Aquisições	Amortizações	Baixas	Transferências	31/12/2020
Equipamentos e Instalações Operacionais	397.200	10.050		(1.084)	20.104	426.270
Equipamentos e Instalações de Escritório	4.396					

	31/12/2020	31/12/2019
Longo Prazo		
BNDES I - TJLP	-	11.573
BNDES II - SELIC	-	11.237
BNDES III - TJLP Projetos Sociais	-	159
	-	22.970

13) Garantia BNDES

Foi aberta conta reserva no Banrisul em novembro de 2015 no valor de R\$ 3,5 milhões, para cumprimento de cláusula do contrato assinado junto ao BNDES em abril daquele ano. A partir de julho de 2017 (início da amortização do empréstimo), o valor a ser mantido na conta reserva passou a ser equivalente a 3 (três) vezes o valor da última amortização mensal e dos juros e outros encargos. Em 2019 foram acrescidas o valor equivalente a 09 (nove) parcelas mensais, totalizando 12 (parcelas), tendo em vista que o contrato de fornecimento de gás natural não foi renovado até o dia 22 de setembro de 2019, conforme previsão contratual. Em 2020 a Sulgás apresentou o novo contrato de fornecimento de gás natural ao BNDES e o valor a ser mantido na conta reserva voltou a ser o equivalente a 03 (três) parcelas, retornando o valor da diferença para o caixa da Companhia. O saldo da conta garantia em 31 de dezembro de 2020 é o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Financeiras LP	6.371	27.844

14) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Além da remuneração e demais vantagens previstas na Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, como por exemplo, periculosidade e horas extras, a Companhia oferece um conjunto de benefícios de curto prazo formalizados em acordo coletivo. São eles: Participação nos Lucros, Planos de Saúde e Odontológicos, Plano de Previdência complementar, Auxílio Creche, Auxílio Ensino Fundamental, Auxílio Educação, Auxílio Atividade Física, Vale Rancho, Vale Alimentação/Refeição, Vale Natal, Seguro de Vida, Auxílio Funeral, Auxílio ao Filho Excepcional, Auxílio Instrutor de Treinamento, Auxílio Despesa de Transferência, Complemento Auxílio Doença, Reembolso Anestesia. Tais benefícios quando ocorrem são reconhecidos no resultado seguindo o princípio de competência de acordo com o valor apurado ou por estimativas confiáveis.

Planos de contribuição definida

O Plano SulgasPrev é um plano de benefícios previdenciários, estruturado na modalidade de Contribuição Definida, administrado pela Fundação Petróbras de Seguridade Social – Petros (art. 1º do Regulamento do SulgasPrev):

I - Quanto aos Participantes:

- Renda de Aposentadoria Normal;
- Renda Proporcional Diferida;
- Renda de Aposentadoria por Invalidez;
- Abono Anual.

II - Quanto aos Beneficiários:

- Renda de Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Abono Anual.

Os investimentos da Companhia na previdência privada de seus colaboradores foram o seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Previdência Privada	1.389	1.446
	1.389	1.446

Participação nos Lucros ou Resultados

A participação dos empregados nos Lucros ou Resultados, conforme disposto na lei n.º 10.101/2000 e na política de Participação nos Lucros e Resultados aprovada pelo Conselho de Administração, ocorreu em acordo coletivo com os empregados e suas entidades sindicais, num montante de R\$ 3,28 milhões relativo ao exercício findo em 2020, sendo que foram pagos em adiantamento R\$ 1,42 milhões em dezembro de 2020, assim restando R\$ 1,86 milhões a serem pagos em 2021.

15) Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O Capital Social totalmente integralizado é de R\$ 81,2 milhões, representado por 21.562.644 ações ordinárias, todas de classe única sem valor nominal.

Acionista	Ações Ordinárias	%	Capital Social
GOV. DO ESTADO DO RS	10.996.948	51%	41.405
GASPETRO	10.565.696	49%	39.781
	21.562.644	100%	81.187

b) Reserva legal

Constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido de cada exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto da Companhia, até o limite de 20% do capital social. Em 31/12/2017 a Reserva Legal atingiu seu limite ao chegar no valor de R\$ 16,24 milhões.

c) Reserva estatutária

Constituída para cumprimento da cláusula n.º 18.17 do Contrato de Promessa de Subscrição de Debêntures Simples em Emissão Privada e Outros Pactos, celebrado entre Sulgás e BNDES em 20 de abril de 2015. O saldo da Reserva Estatutária em 31/12/2018 é de R\$ 29,86 milhões.

d) Reserva de Lucros a Realizar

Conforme decisão proferida pela AGOE realizada no dia 30/04/2019 e registrada pela ata n.º 117 foi constituída Reserva de Lucros a Realizar referente ao Ajuste a Valor Justo sobre as operações de Ship or Pay entre a Companhia (cliente) e a PETROBRÁS (fornecedora de gás natural para revenda), no valor de 6,9 milhões, a qual se realizará no primeiro semestre de 2021.

e) Lucro por Ação

O Lucro por ação (R\$ por ação) da Companhia em 2020 e 2019 foram os seguintes:

	2020	2019
Lucro Líquido	79.442	82.718
Quantidade de ações ordinárias	21.562.644	21.562.644
Lucro líquido básico (sem instrumentos diluidores)	3,68	3,84

16) Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

a) Dividendos

O artigo 30 do Estatuto da Companhia garante aos acionistas a percepção do dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado em termos da lei em cada exercício.

	31/12/2020	31/12/2019
	VALORES (R\$)	VALORES (R\$)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	79.442	82.718
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO	(4.746)	(6.037)
TOTAL DOS DIVIDENDOS A DISTRIBUIR	74.696	76.682

Passivo circulante

	31/12/2020	31/12/2019
DIVIDENDOS REF. EXERCÍCIO 2019	37.797	-
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GOV. ESTADO RS (25%)	10.129	9.777
DIVIDENDO MÍNIMO OBRIGATÓRIO GASPETRO (25%)	9.732	9.393
Total no passivo circulante	57.657	19.170

Patrimônio líquido

	31/12/2020	31/12/2019
DIVIDENDOS À DISPOSIÇÃO REF. EXERCÍCIO 2019	1.088	-
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GOV. ESTADO RS	27.966	29.331
DIVIDENDOS ADICIONAIS PROPOSTOS GASPETRO	26.869	28.180
Total no patrimônio líquido	55.923	57.511
Total dos dividendos	113.581	76.682

b) Juros Sobre o Capital Próprio

Em 31/12/2020, a Companhia, conforme prevê a legislação fiscal, optou por efetuar a título de remuneração de seus acionistas o crédito de juros sobre o capital próprio, apurado com base na variação da TJLP sobre o patrimônio líquido, cujo montante no exercício, totalizou o valor bruto de R\$ 4,75 milhões e distribuído conforme quadro abaixo:

JSCP por Acionista	Valor Bruto	IRRF	Valor Líquido
Estado Rio Grande do Sul - 51%	2.420	-	2.420
Petrobrás Gás S/A - 49%	2.326	349	1.977
TOTAL	4.746	349	4.397

O pagamento dos Juros sobre Capital Próprio gerou uma economia tributária de R\$ 1,6 milhões para a Companhia.

17) Receita

Em atendimento ao CPC 26, a demonstração do resultado do exercício é apresentada a partir da receita líquida. Os valores decorrentes das deduções da receita bruta estão demonstrados a seguir:

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE VENDAS DE GÁS	1.061.082	1.155.233
RECEITA DE GÁS RESIDENCIAL	35.503	28.832
RECEITA DE GÁS COMERCIAL	39.546	45.855
RECEITA DE GÁS INDUSTRIAL	696.551	798.836
RECEITA DE GÁS COGERAÇÃO	102.272	81.160
RECEITA DE GÁS VEICULAR	167.349	189.130
RECEITA DE GÁS CLIMATIZAÇÃO	1.199	1.264
RECEITA DE SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO	18.661	10.156
(-) DEDUÇÕES SOBRE RECEITA	(233.672)	(256.523)
DEVOLUÇÕES SIMBÓLICAS (FISCAIS)	(145)	(193)
DESCONTOS INCONDICIONAIS	(9.297)	(12.285)
PIS SOBRE VENDA DE GÁS	(16.755)	(18.606)
COFINS SOBRE VENDA DE GÁS	(77.174)	(85.672)
ICMS SOBRE VENDA DE GÁS	(129.741)	(139.463)
ISS SOBRE SERVIÇO	(560)	(305)
RECEITA LÍQUIDA	827.411	898.710

18) Impostos e Contribuições Sociais

Conforme quadros abaixo, a Companhia registra Impostos e Contribuições a compensar e a recolher. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

a) Impostos e Contribuições Sociais a Compensar

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante		
ICMS a Compensar	2.998	788
Imposto de Renda e Contribuição Social (Retenções)	357	86
Imposto de Renda e Contribuição Social (Saldo Negativo)	562	562
PIS/COFINS a Compensar	2.065	1.315
TOTAL	5.982	2.752
Ativo Não Circulante		
ICMS a compensar	1.103	895
PIS/COFINS a compensar	11.330	9.093
TOTAL	12.434	9.988

b) Impostos e Contribuições Sociais a Recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante		
ICMS	348	1.231
COFINS	1.606	1.523
PIS	340	330
IRPJ e CSLL	12.332	-
Outras Obrigações	1.687	1.224
TOTAL	16.312	4.307

c) Impostos e Contribuições Diferidos

Passivo Não Circulante

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ e CSLL Diferido sobre:		
Provisão Devedores Duvidosos	19.578	4.068
PDD - Raizen, Aurora e Expofarr	(4.777)	-
Provisões Cíveis e Trabalhistas	4.370	778
Depreciação Acelerada	(22.857)	(23.837)
Base de Cálculo	(3.686)	(18.991)
Impostos Diferidos (34% IRPJ e CSLL)	(1.253)	(6.457)

18d - Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes dos impostos	116.880	121.967
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(39.739)	(41.469)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva		
Juros sobre capital próprio	1.614	2.053
Participação dos administradores	(20)	(12)
Exclusões/(adições) permanentes líquidas	708	180
	(37.438)	(39.248)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(42.642)	(38.581)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.204	(668)
	(37.438)	(39.248)
Alíquota efetiva de Imposto de Renda e Contribuição Social	32,03%	32,18%

19) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

A provisão para riscos cíveis e trabalhistas foi constituída com base no relatório da Gerência Executiva Jurídica da empresa, datado de 31/12/2020, onde classifica os processos judiciais conforme o risco de perda (remota perda, possível perda ou provável perda).

O risco provável em relação a possível indica que há maior probabilidade de o fato ocorrer. Geralmente, em um processo, cujo prognóstico é provável perda, há elementos, dados ou outros indicativos que possibilitam tal classificação. Os processos considerados como provável perda são provisionados no passivo.

Os processos classificados como possível perda não são provisionados, mas tem seus totais mencionados nesta nota explicativa.

Por fim, a perda classificada como remota, como o próprio nome diz, remotamente trará perdas ou prejuízos para a entidade, ou são insignificantes as chances de que existam perdas. Os processos avaliados como de remota perda não são provisionados e nem destacados em nota explicativa.

	Cíveis	Trabalhistas	Total
Processos com Possível Perda (Não Provisionados)	8.352	2.581	10.933
Processos com Provável Perda ou Remoto Ganho (Provisionados)	3.345	1.025	4.370
TOTAL	11.697	3.606	15.303

A provisão é revisada e formada com base na evolução dos processos que são classificados como provável perda:

	Saldo Final 31/12/2019	Reversões 31/12/2020	Adições 31/12/2020	Saldo Final 31/12/2020
Provisões Trabalhistas	595	-	430	1.025
Provisões Cíveis	183	(221)	3.384	3.345
TOTAL	778	(221)	3.814	4.370

Está em andamento processo judicial de natureza tributária movido pela ABEGÁS, onde a Companhia figura no polo ativo, relativo à exclusão de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. O processo de repetição de indébito ainda não transitou em julgado e a tendência é resultar em créditos retroativos de valores relevantes (05 anos a contar do ajuizamento da ação).

20) Transações com partes relacionadas

a) A Companhia mantém operações comerciais de compra e venda de gás natural com o grupo Petrobras S/A.:

	31/12/2020	31/12/2019
Composição dos Saldos		
Ativo Circulante		
Contas a Receber Petrobras	12.495	7.922
QPNR	21.566	-
Ativo Não Circulante		
QPNR	-	42.627
Passivo Circulante		
Fornecedor de Gás - Petrobras	60.096	104.655
Pessoal Cedido	-	79
Composição dos Saldos	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com partes relacionadas		
Petrobras S/A	84.465	138.397
Compra de Gás Natural		
Petróleo Brasileiro S/A	779.950	860.748

b) Remuneração e benefícios de curto prazo – Diretores e Conselhos de Administração e Fiscal:

	31/12/2020	31/12/2019
Administradores	267	249
Conselho de Administração	217	203
Conselho Fiscal	75	75
Total	559	527

21) Despesas por natureza

Conforme estabelece o CPC 26, segue a abertura das despesas por natureza:

	31/12/2020	31/12/2019
Compra de Gás e demais insumos	(616.917)	(679.401)
Custos de Operação e Manutenção da Rede	(9.289)	(9.633)
Amortização Operacional	(26.389)	(25.423)
Amortização Administrativa	(3.692)	(2.950)
Despesas com Materiais e Serviços	(20.085)	(22.969)
Despesas com Pessoal	(35.053)	(39.239)
Despesas Tributárias	(1.682)	(851)
Perda no recebimento de créditos	(171)	(5.759)
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(15.510)	(1.391)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	8.302	7.922
Total	(720.487)	(779.694)

	31/12/2020	31/12/2019
--	------------	------------

O risco com clientes é mitigado mediante a manutenção de uma base de clientes sólida. O gerenciamento das contas a receber é realizado através da identificação dos recebimentos, detectando possibilidades de inadimplência e suspendendo o fornecimento de gás caso ela ocorra (vide nota 05) e implementando políticas específicas de cobrança atreladas a garantias reais, sempre que possível. A administração analisa trimestralmente o relatório de clientes em inadimplência, levando em conta os títulos em aberto, a situação econômica e o histórico de cada cliente e, com isso, adota medidas de cobrança administrativa ou judicial e calcula perdas esperadas com base em critérios objetivos previstos em normativa.

• **Risco de concentração do contas a receber:** A administração efetua análise dos títulos em aberto de contas a receber para mapear eventual concentração de saldos e consequente risco de crédito para clientes específicos. O critério estabelecido para caracterizar tal concentração corresponde a clientes cujo saldo em aberto é igual ou superior a 5% do total do grupo de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2020, o montante de concentração é de R\$ 12,4 milhões, decorrentes dos clientes PETROBRAS, Hospital da ULBRA e ULBRA (universidade).

• **Risco de mercado:** Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados de flutuações no preço de gás decorrente da variação no valor da "cesta de óleos" e das taxas de câmbio, aumentando os saldos das contas a pagar relativas ao gás adquirido. Também há riscos relacionados com as taxas de empréstimos TJLP e Selic, nas aplicações financeiras CDI, porém essas taxas não têm efeitos significativo para a Companhia.

Os riscos cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar queda significativa nas suas margens decorrente de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando o valor em reais (R\$) do custo sobre o gás adquirido da Petrobras. Este risco é mitigado pelo monitoramento e repasse da variação de preços aos clientes, quando possível.

• **Risco de liquidez:** Risco de liquidez é inerente a descasamentos entre pagamentos e recebimentos que possam afetar a capacidade de pagamentos da Companhia. A Sulgás administra o risco de liquidez através de premissas de recebimentos e desembolsos monitoradas diariamente pela área financeira, mantendo seus ativos financeiros em depósitos de curto prazo com liquidez imediata em instituições de primeira linha, além da manutenção de linhas de crédito adequadas aos seus compromissos.

26) Receitas e Custos de Construção

Conforme preceitua o CPC 47, bem como a ICPC 01 e a OCPC 05 a Sulgás reconhece as seguintes Receitas e Custos de Construção, cuja evidência se tornou obrigatória para concessionárias de serviços de distribuição, são reconhecidos na proporção dos gastos recuperáveis, uma vez que não é possível estimar confiavelmente a conclusão da transação e não há reconhecimento de qualquer lucro.

A Companhia não tem a construção de gasodutos como atividade fim. Para viabilizar a distribuição de gás natural canalizado, a Companhia realiza licitações públicas para contratação de terceiros, nas quais são contratados os proponentes que apresentarem o menor custo para realização das obras.

A construção se apresenta para a Sulgás, integralmente, como um custo de colocação de ativos à disposição para distribuição de gás natural. Desta maneira, a Companhia não reconhece margem no registro de suas receitas de construção, sendo estas iguais aos seus custos de construção, de acordo com os valores abaixo registrados:

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE CONSTRUÇÃO	41.535	34.852
CUSTOS DE CONSTRUÇÃO	41.535	34.852
MARGEM	0	0

27) Operações de Arrendamento Mercantil - CPC 06 R2

A Companhia arrenda imóveis, veículos e equipamentos, sendo que serão reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado é disponibilizado para uso pela Companhia. Cada pagamento da locação é alocado entre o passivo e o custo

financeiro.

O custo financeiro é reconhecido no resultado durante o período do arrendamento, de modo a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O ativo do direito de uso é amortizado durante a vida útil mais curta do ativo e o prazo do arrendamento pelo método linear.

Ativos e passivos decorrentes de arrendamento mercantil são inicialmente mensurados com base no valor presente.

Pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de alto valor são reconhecidos pelo método linear como despesa no resultado.

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativos de direitos uso	9.820	9.820
Amortização de direitos de uso	(3.754)	(1.529)
Passivo		
Arrendamento Mercantil	6.065	8.291
Patrimônio Líquido	-	-

28) Eventos Subsequentes

A Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – Sulgás, avaliou os eventos subsequentes até 15 de abril de 2021, que é a data da autorização de conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria da empresa, não evidenciando fato subsequente que afetasse as Demonstrações Contábeis em 31/12/2020.

Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Carlos Ivan Camargo de Colón Presidente	Roberto Corrêa Barbuti Presidente	Marcelo Spilki Presidente
Carlos Ivan Camargo de Colón Diretor de Administração e Finanças	Anderson Gil Ramos Bastos Vice-Presidente	Jeferson Godinho Dutra Marcio Musso de Góes Conselheiros
Walter Fernando Piazza Júnior Diretor Técnico-Comercial	Carlos Ivan Camargo de Colón Tiago Alves Pinto de Lemos Guilherme de Souza José Roberto Volpi Otto Fonseca Cardoso Conselheiros	
Alex Dornelles da Silva Contador CRCRS nº 64077		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Administradores e Conselheiros da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul – SULGÁS

Opinião
Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações contábeis e os registros contábeis, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019
As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório datado de 5 de março de 2020 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor
A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão 2020. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão 2020, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório de Gestão 2020 e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório de Gestão 2020, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 15 de abril de 2021.

Deloitte Touche Tohmatsu
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O 8 "F" RS

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O 1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em 22 de abril de 2021, às 10:00 horas, na sede social da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS situada na Av. Loureiro da Silva, nº 1940, 13º andar, Bairro Cidade Baixa, Edifício Duo Concept Office Porto Alegre - RS, CEP 90.050-240, realizou-se a Reunião do Conselho Fiscal da Companhia, por meio de videoconferência, para apreciar a pauta que trata do Resumo Executivo nº 81/2021, aprovado na 912ª Reunião de Diretoria Executiva, realizada em 08 de abril de 2021 e na 258ª e 259ª Reunião do Conselho de Administração, realizadas em 15 e 22 de abril de 2021, respectivamente, para examinar o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Financeiras da Companhia, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Examinados todos os documentos acima citados e em face das informações prestadas pela Diretoria de Administração e Finanças da Companhia e do Parecer elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, decidiu o Conselho Fiscal exarar o seguinte parecer:

PARECER

1. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gás do Estado do Rio Grande do Sul - SULGÁS procederam ao exame do Relatório de Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e, com base no Parecer dos Auditores Independentes elaborado pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, datado de 15 de abril de 2021, concluem que as referidas Demonstrações Financeiras obedecem aos dispositivos legais e regulamentares aplicáveis, opinando favoravelmente à aprovação das referidas matérias a serem submetidas à discussão na próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

2. Adicionalmente o Conselho Fiscal opina favoravelmente à proposta encaminhada pelo Conselho de Administração para a Assembleia Geral Ordinária, através da Ata da 258ª e 259ª, realizadas em 15 e 22 de abril de 2021, respectivamente, referente à destinação do Lucro Líquido do exercício de 2020, no valor de R\$ 79.442.093,15 (setenta e nove milhões, quatrocentos e quarenta e dois mil, noventa e três reais e quinze centavos), conforme segue:
2.1 Não houve Constituição da Reserva Legal da Companhia, pois o limite de constituição de 20% do capital social foi atingido no exercício de 2017, e não foram necessárias a criação de quaisquer outras reservas para o exercício 2020, como é disposto na nota explicativa 15 do anexo I – Demonstrações Contábeis 2020; 2.2 Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio (JSCP), no valor de 4.746.045,26 (quatro milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quarenta e cinco reais e vinte e seis centavos), já realizado em dezembro de 2020; 2.3 Distribuição de Dividendos no valor de R\$ 74.696.047,89 (setenta e quatro milhões, seiscentos e noventa e seis mil, quarenta e sete reais e nove centavos) com previsão de serem pagos até dezembro de 2021, podendo ser antecipados, em parte ou no todo, a depender da disponibilidade financeira da Companhia.
Porto Alegre, 22 de abril de 2021.

Marcelo Spilki
Presidente do Conselho

Jeferson Godinho Dutra
Membro do Conselho

Marcio Musso de Góes
Membro do Conselho

